

QUESTÕES FUNDAMENTAIS QUE QUALQUER SOCIEDADE TEM DE ENFRENTAR E COMO SE RESOLVEM NUMA ECONOMIA DE MERCADO

ARLINDO ALEGRE DONÁRIO

RICARDO BORGES DOS SANTOS

Universidade Autónoma de Lisboa

CARS – Centro de Análise Económica de Regulação Social

Maio de 2013

QUESTÕES FUNDAMENTAIS QUE QUALQUER SOCIEDADE TEM DE ENFRENTAR E COMO SE RESOLVEM NUMA ECONOMIA DE MERCADO

Qualquer que seja a abundância dos recursos, não haverá produção que satisfaça todos os desejos dos indivíduos. O tempo, *per se*, constitui um recurso escasso para todos os humanos e a sua utilização implica, sempre, um custo de oportunidade, que se traduz no valor da melhor alternativa sacrificada, em virtude da escolha efectuada. Com 24 horas do tempo diário, o indivíduo é obrigado a fazer escolhas do modo como utiliza esse tempo diário. A escassez, consubstanciada na contraposição entre as necessidades ilimitadas, sobretudo as de origem cultural, e os recursos, implica que o indivíduo tenha que fazer escolhas.

Os teóricos da economia neoclássica consideram a sociedade como composta de unidades semelhantes aos átomos, sendo os átomos na sociedade os indivíduos, sendo a função de utilidade social composta pelo somatório das utilidades individuais. Aqui, destaca-se o conceito do *homo economicus*, que fundamenta a teoria neoclássica, *homo economicus* desprendido e separado das emoções e sentimentos, na esteira da dicotomia cartesiana e no atomismo de Newton.

Qualquer sociedade enfrenta um conjunto de problemas, independentemente da sua forma de governo, do seu nível de riqueza, ou do seu sistema económico – mecanismo institucional através do qual os recursos são afectados e utilizados para a satisfação das necessidades humanas. Entre esses problemas, que resultam da escassez, destacam-se os seguintes:

- O que produzir e quanto produzir?
- Como produzir?
- Para quem produzir?
- Como se adapta o sistema à mudança?

O QUE E QUANTO DEVE SER PRODUZIDO?

A sociedade tem de decidir que bens devem ser produzidos, tem de fazer uma escolha a fim de obter um conjunto de bens que melhor satisfaçam as suas necessidades, tendo em consideração a escassez. Tem de decidir também quanto de cada bem produzir. Mais recursos aplicados na produção de bens de capital levam a uma menor produção presente de bens de consumo, num determinado momento, com os recursos existentes. Esta decisão tem uma implicação temporal importante, pois dela depende o nível de consumo presente e futuro.

COMO DEVE SER ORGANIZADA A PRODUÇÃO. A QUESTÃO DA EFICIÊNCIA

Esta questão relaciona-se com a combinação dos factores produtivos, e está relacionada com a *eficiência alocativa*, que ocorre quando não é possível produzir mais de um bem – dados os recursos existentes – sem sacrificar a produção de outro bem que se valora mais. O conceito de eficiência alocativa ou *eficiência de Pareto*, significa também que não é possível melhorar a situação de alguém sem que a situação de outrem piore. Para determinar a eficiência tem de se ter em consideração o custo marginal e o benefício marginal.

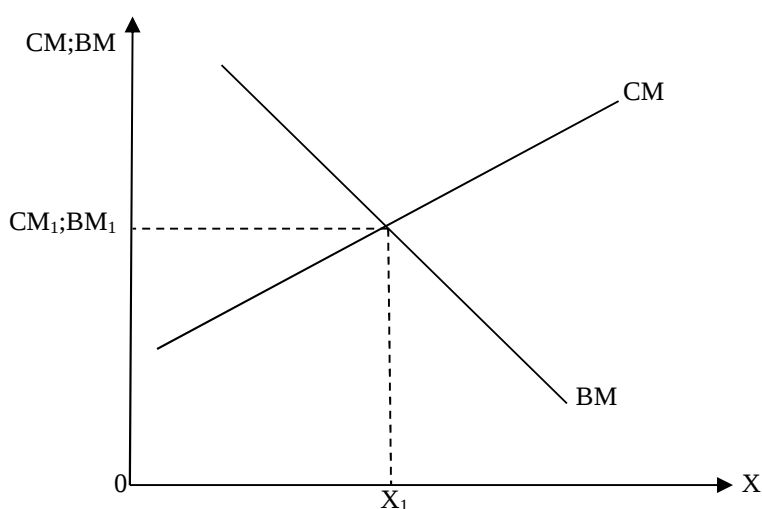
BENEFÍCIO OU UTILIDADE MARGINAL (Willingness to Pay)

O benefício ou utilidade marginal (BM) é o benefício (utilidade) que um indivíduo obtém da utilização ou consumo de mais uma unidade de um determinado bem. A utilidade marginal que se retira de mais uma unidade de um bem pode ser medido pelo montante máximo que um indivíduo está disposto a pagar (*Willingness to Pay*) por uma unidade adicional desse bem ou, por outras palavras, consiste no máximo de outros bens que o indivíduo está disposto a sacrificar para obter mais uma unidade do bem escolhido (o que traduz o custo de oportunidade). É considerado que o benefício ou utilidade marginal de um bem tende a ser decrescente, conforme a primeira lei de Gossen, e que se traduz na *lei da utilidade marginal decrescente*.

CUSTO MARGINAL

O consumo ou utilização de uma unidade adicional de um bem implica a existência de um custo adicional ou marginal (CM), que se consubstancia no valor da melhor alternativa sacrificada para obter a unidade adicional do bem escolhido, e que traduz o custo de oportunidade. O custo marginal tende a aumentar com a utilização ou consumo de um bem, traduzindo o *princípio dos custos marginais crescentes*.

Com a utilização dos conceitos de custo marginal e benefício marginal, podemos fazer a representação gráfica da situação eficiente:



Pela observação do gráfico podemos observar que se verifica uma situação eficiente quando o benefício marginal iguala o custo marginal, $BM=CM$. Qualquer outra situação é ineficiente.

A curva de benefício marginal (BM) traduz o *quantum* o indivíduo está disposto a pagar (ou sacrificar da melhor alternativa) para obter uma unidade adicional de bem escolhido. A curva de custo marginal (CM) traduz o *quantum* o indivíduo tem de pagar (sacrificar) para obter mais uma unidade do bem escolhido.

Deve considerar-se que a noção de bem é lata, abrangendo não só os bens materiais mas também os bens não patrimoniais. Por sua vez, tanto os benefícios marginais como os custos marginais incluem não só os custos explícitos mas também os custos implícitos e os *custos ou preços sombra* (*shadow prices*).

Os conceitos analisados são de grande importância para o estudo das externalidades, de qualquer natureza, bem como para a análise económica do direito.

EFICIÊNCIA E INEFICIÊNCIA

Para determinar qual a quantidade de um bem ou de uma actividade que é eficiente, compara-se o custo marginal com o benefício marginal, existindo três possibilidades:

- O benefício marginal excede o custo marginal;
- O custo marginal é maior que o benefício marginal;
- O custo marginal é igual ao benefício marginal (situação de eficiência).

No primeiro caso, em que o benefício marginal excede o custo marginal, para se obter uma situação eficiente é necessário aumentar a produção (ou actividade), utilizando na produção do bem X mais recursos produtivos, pois esta produção cria mais valor, em desfavor da produção ou actividade de outros bens, até que o benefício marginal seja igual ao custo marginal.

No segundo caso, em que o custo marginal é superior ao benefício marginal, traduzindo uma situação ineficiente, deve reduzir-se o nível de produção ou da actividade do bem X, em favor da produção de outros bens, até que o benefício marginal seja igual ao custo marginal.

O terceiro caso traduz a situação de eficiência, em que o custo marginal é igual ao benefício marginal. Nesta situação não se pode aumentar o valor líquido total criado quer aumentando quer diminuindo a quantidade do bem X.

PROBLEMA DA DISTRIBUIÇÃO E EQUIDADE

A *eficiência paretiana* não depende da distribuição do rendimento ou outros benefícios económicos, ou seja, uma situação pode ser eficiente e, em

determinada sociedade, pode não ser considerada equitativa, ofendendo o sentimento de justiça comutativa e distributiva.

A questão da distribuição de rendimento é uma questão económica, política e social que uma sociedade tem de resolver. Que critérios devem ser adoptados para a distribuição do produto? Deverá fazer-se a distribuição na base das necessidades básicas ou na base da contribuição produtiva? Qual o papel do Estado?

COMO SE RESOLVEM ESTES PROBLEMAS NUMA ECONOMIA DE MERCADO

Sabemos que um dos princípios de que partimos é o princípio da racionalidade que diz que o individuo actua procurando maximizar o seu interesse, princípio que é acolhido na teoria neoclássica. Deste modo os empresários buscam a maximização do lucro, os proprietários procuram tirar o máximo proveito do emprego dos factores produtivos.

Os consumidores procurarão, na compra de um bem, obtê-lo pelo mais baixo preço possível. Por outro lado a liberdade de escolha fundamenta a competição, que é uma característica fundamental de uma economia de mercado. A competição implica a existência de um largo número de compradores e vendedores actuando independentemente, bem como a liberdade de entrar e sair do mercado de qualquer bem.

Se por um lado a procura do próprio interesse é o objectivo do individuo por outro lado a competição controla o uso e limita o abuso do poder. É a concorrência, que determina o equilíbrio nos vários mercados; é o regulador básico da economia de mercado.

Na economia moderna quase todas as trocas são feitas através da moeda que desempenha, entre outras funções, a de meio de troca, evitando a complicação da troca directa.

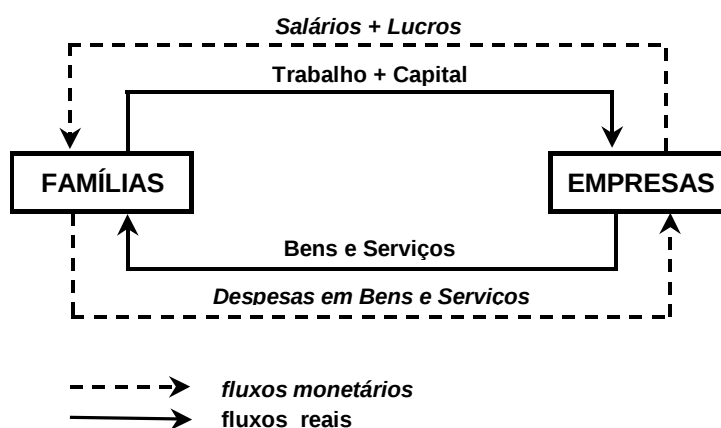
Para facilitar a compreensão do modo como se resolvem as questões anteriormente referidas, construímos o que se designa por circuito económico,

com base em várias hipóteses simplificadoras. Essas hipóteses são:

- não se considera a existência do Estado;
- não se consideram as relações com o resto do mundo.

Isto é, consideramos uma economia fechada ou autárquica, com a existência de apenas dois sectores:

- As Famílias;
- As Empresas ou Unidades de Produção.



Pelo circuito económico podemos analisar a seguinte: as famílias possuem os factores produtivos - a Terra, o Trabalho e Capital - fornecendo-os as empresas. As empresas procuram estes factores produtivos pois é da sua combinação que resulta a produção de bens. Isto é ilustrado no circuito económico pelo fluxo que vai das famílias para as empresas.

Por outro lado são as empresas que produzem os bens e serviços (serviços são bens imateriais) que as famílias adquirem no mercado de bens e serviços. O fluxo que parte das unidades de produção para as famílias as reflecte o que se disse.

Estes dados fluxos que acabamos de descrever formam o que se designa por circuito real. Um fluxo monetário, com sentido inverso ao circuito real estabelece-se entre as empresas e as famílias. Assim, as empresas ao adquirirem no mercado de factores os recursos produtivos pagam aos seus detentores uma remuneração que no seu conjunto constitui o rendimento nacional. A remuneração do Trabalho é o salário, a remuneração da terra designa-se por

renda e a remuneração do capital é constituída pelo lucro e pelos juros.

Estas despesas são por vezes chamadas “votos” dos consumidores para enfatizar o facto de eles reflectirem as suas preferências entre os vários produtos existentes no mercado. Se houver muitos “votos” no mercado por um determinado produto que leve ao aumento do preço desse bem e assim proporcionar altos lucros para os produtores do bem, a quantidade produzida aumentará. Uma descida na procura de um bem (menos “votos”) levará a uma baixa do preço e a menores lucros, o que determinará, em consequência, uma contracção na produção desse bem e uma menor oferta. Deste modo alterações da procura do consumidor por vários bens geram uma correspondente alteração na oferta dos mesmos bens. É o que se chama a SOBERANIA DO CONSUMIDOR. Na economia de mercado os consumidores, em última instância, determinam os tipos e quantidades dos bens a produzir, através da revelação das suas preferências.

A questão da DISTRIBUIÇÃO, que consiste na questão PARA QUEM PRODUZIR, é resolvida no mercado factores. Quem tiver mais e melhores factores produtivos receberá maior rendimento.

Tal como no mercado de bens e serviços, a oferta e procura determinam o preço dos recursos. Neste mercado as empresas estão do lado da procura e as famílias do lado da oferta. Os salários, as rendas e os juros constituem custos para as empresas, mas, simultaneamente, constituem rendimento para as famílias.

A questão sobre o COMO PRODUZIR é resolvida nas unidades de produção onde se decide da combinação mais eficiente dos factores produtivos. Com efeito, na economia de mercado a coordenação da actividade económica é realizada sem uma direcção central, sem coerção.

Se designarmos o rendimento nacional por RN, os salários por W, as rendas por R, os lucros por L e os juros por J, temos:

$$RN = W + R + L + J$$

Mas as famílias ao adquirirem no mercado os bens e serviços têm que despendar o seu rendimento que obtiveram das empresas, despesa que constitui uma receita para as empresas. O fluxo monetário que vai das famílias para as empresas evidencia esta situação. Estes dois fluxos monetários formam

o circuito monetário.

É fácil concluir que é no mercado de bens e serviços que se resolve o problema O QUE E QUANTO PRODUZIR.

Com efeito, do lado da oferta encontram-se as empresas que produziram esses bens e serviços: do lado da procura estão as famílias. A interacção entre a procura e a oferta determina o preço que se estabelece no mercado.

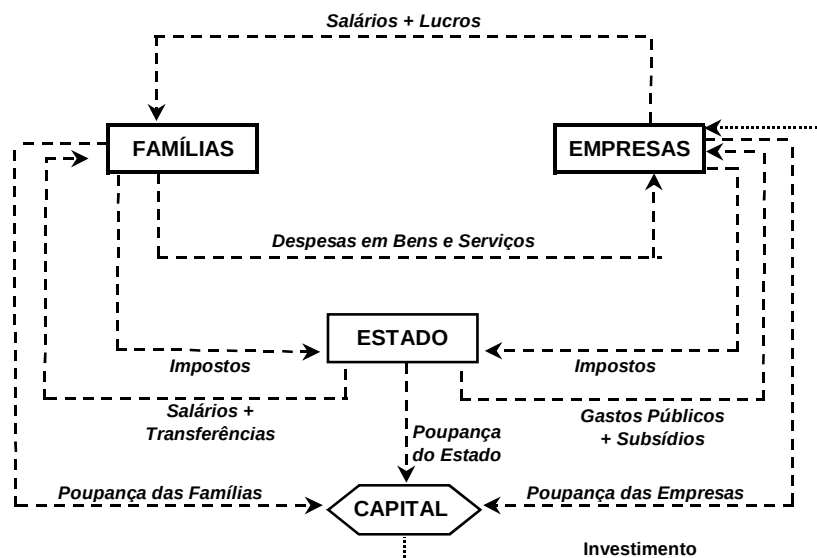
SOBERANIA DO CONSUMIDOR

Numa economia de mercado é suposto que os consumidores têm um papel determinante nos tipos e quantidades de bens a produzir. Os consumidores gastam o seu rendimento que obtêm da venda dos seus factores produtivos na compra de bens e serviços que desejam obter. O sistema de preços baseia-se na liberdade de escolha e bens e na liberdade de empresa.

A competição regula o auto interesse que os sujeitos económicos procuram maximizar. As empresas lutam por produzir com a maior eficiência, o que as leva a utilizar a combinação de factores produtivos de modo a produzirem eficientemente. Numa economia de mercado a concorrência tende a evitar que qualquer sujeito económico obtenha um grande poder no mercado.

CIRCUITO ECONÓMICO COM O ESTADO E RELAÇÕES COM O EXTERIOR

O circuito económico fechado é uma simplificação, apenas para efeitos de estudo. Contudo, qualquer país tem é organizado como um Estado e tem relações com as outras regiões do mundo, relações que têm efeitos directos e indirectos no rendimento nacional. Entre os autores que estudaram o comércio internacional destacam-se Adam Smith, com a teoria das *vantagens absolutas* e David Ricardo com a teoria das *vantagens relativas*.



Com a consideração da existência do Estado e do *resto do mundo* podemos observar o circuito económico com os quatro sectores: as famílias e o exterior ou resto do mundo:

ADAPTAÇÃO DA ECONOMIA ÀS MUDANÇAS

As sociedades actuais são dinâmicas, mudando constantemente: mudam os métodos de produção: mudam as tecnologias: mudam os recursos. Para manter a eficiência é necessário que haja uma constante adaptação a essas mudanças.

A produção de bens de consumo adapta-se às mudanças dos gostos dos consumidores e o mercado de factores ajusta-se às mudanças de produção de bens de consumo. E é mais uma vez o sistema de preços que constitui o mecanismo que fornece os sinais para essa mudança.

As economias de mercado funcionam bem porque elas constantemente movem os recursos escassos dos usos relativamente pouco produtivos para os relativamente produtivos. Aumentando a escala do mercado, a pressão da competição também aumenta e, deste modo, este poderoso processo de criação e destruição leva a economia a níveis cada vez mais elevados, numa luta continua na busca da eficiência.

O próprio desenvolvimento quanto mais rápido é mais destruição provoca nas

empresas ineficientes mas simultaneamente da origem a novas empresas que trabalham com maior produtividade.